

Ulysses: 'Carta vai sair na marra'

SÃO PAULO — A decisão de concluir a nova Constituição "na marra" até 21 de abril foi anunciada ontem pelo Presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, em entrevista bem humorada, na qual rebateu as críticas à Constituinte. Ele não acredita que o Presidente Sarney repita o gesto de D. Pedro I e dissolva a Constituinte, nem que os militares sigam o exemplo da Junta, responsável pela Constituição de 69.

— Eu estou inteiramente mergulhado na Constituinte, desde as seis da manhã até meia-noite, uma da madrugada. Desejo dizer que serei o marreiteiro dessa Constituição. Aliás, já estou sendo — disse o Deputado, que se confessou comovido com a presença de até 510 parlamentares nas votações.

Ao final de um encontro de 50 minutos com o Governador Orestes Quêrcia, no Palácio dos Bandeirantes, Ulysses disse que conversou sobre o andamento dos trabalhos na Constituinte. Mas negou que a questão da duração do mandato presidencial tenha sido tratada.

Ulysses desvinculou de qualquer ideia de se candidatar à Presidência da República a sua preocupação de apressar os trabalhos da Constituinte.

— Sou um homem de relativa experiência em assuntos públicos e acho que devemos cuidar de cada



Orestes Quêrcia recebe Ulysses Guimarães, no Palácio dos Bandeirantes

coisa ao seu tempo. Atuar na política é hierarquizar os problemas, escaloná-los.

Quêrcia e Ulysses evitaram se definir sobre a duração do mandato presidencial. O primeiro alegou que a Convenção do PMDB decidiu que o assunto deve ser definido pelos

Constituintes, enquanto o Deputado lembrou a sua condição de Presidente da Constituinte.

— Primeiro, temos de verificar se vence realmente o presidencialismo ou o parlamentarismo. Depois, cinco anos ou quatro anos, e mais tarde unir os companheiros. Quem vai ter

uma voz muito importante nesse assunto é o Governador Orestes Quêrcia, por razões óbvias — disse Ulysses.

Ele reafirmou sua decisão de agilizar os trabalhos para que a Constituição esteja pronta a 21 de abril, o que implicará sessões aos sábados e domingos, além de outros expedientes. Ele atribui a "uma especulação de mau gosto" as críticas à Constituinte, tanto do Ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães, como do Presidente Sarney e de outros setores.

— Em primeiro lugar, eu daria nota zero à ideia de se recomendar a Constituinte do zero, revendo alguns dispositivos aprovados e agora questionados por esses críticos. Isso significaria dissolver a Constituinte que está trabalhando no ritmo que todos conhecem. Pergunto, quem iria fazer isso? Eu conheço perfeitamente o Presidente Sarney. Não seria ele.

Ulysses finalizou:

— Não acredito muito menos que os militares façam o que fizeram os três patetas em 1969, uma Constituição caricata promulgada pelos três Ministros militares (Lyra Tavares, do Exército; Augusto Rademaker, da Marinha; e Márcio de Souza Melo, da Aeronáutica) em nome da ditadura. Eu conheço os Ministros militares e sei de sua profunda e pura convicção democrática.

Sessão não deverá alcançar quorum

BRASILIA — O Deputado Daso Coimbra (PMDB-RJ), coordenador de mobilização do Centrão, disse ontem que dificilmente haverá quorum na sessão de hoje à tarde para as votações que encerrarão o Capítulo I do Título II, que trata dos Direitos e Garantias Individuais, apesar da convocação feita pelo Presidente da Constituinte, Deputado Ulysses Guimarães. Os trabalhos estão suspensos desde sexta-feira e, para compensar os dias de paralisação, Ulysses enviou telegramas aos 559 parlamentares, convocando-os para as sessões que serão realizadas de hoje a domingo.

Daso era a única presença parlamentar, na tarde de ontem, na Câmara. No Senado, estavam apenas Lourival Baptista (PFL-SE) e Edison Lobão (PFL-MA), que aproveitaram a tarde para atualizar a correspondência. Lobão trabalhou em seu gabinete durante o carnaval, enquanto Lourival Baptista recolheu-se em retiro espiritual, desde domingo, quando voltou de Sergipe.

Nem mesmo os funcionários da Casa compareceram ao trabalho. O controle de presença, existente em todas as entradas da Câmara e do

Senado, não funcionou devido à ausência dos responsáveis pela tarefa.

O coordenador do Centrão acredita que os integrantes do grupo começarão a chegar a Brasília hoje à noite, garantindo quorum somente a partir de amanhã. Segundo o Deputado, só domingo deverá começar a votação do Capítulo II, que trata dos Direitos Sociais, no qual se inclui o dispositivo sobre a estabilidade no emprego, que vem sendo negociado entre os diversos grupos políticos.

Depois das emendas individuais e coletivas, o plenário terá de votar ainda o bloco das emendas que receberam parecer contrário do Relator da Constituinte, Deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM). Só então o plenário passará para o próximo Capítulo, que tem sete artigos — um deles, o mais polêmico, é o que trata dos direitos dos trabalhadores, com 29 incisos.

A primeira matéria a ser votada no Capítulo II será a emenda substitutiva apresentada pelo Centrão. Ela modifica o texto da Comissão de Sistematização em pontos substanciais, como estabilidade no emprego, remuneração da hora-extra, licença para gestante e imprescritibilidade das causas trabalhistas.

Relator apresenta nova opção para estabilidade

BRASILIA — O Relator da Constituinte, Bernardo Cabral, propôs hoje às lideranças partidárias uma fórmula alternativa para a questão da estabilidade no emprego. Ele sugerirá a garantia contra demissões arbitrárias ou sem justa causa, na forma de lei complementar "que disporá sobre a conversão em indenização compensatória sem prejuízo de outros direitos".

Bernardo Cabral passou o carnaval em Brasília analisando as diversas propostas que tratam da estabilidade. Além de apresentar sua fórmula — uma fusão de várias emendas — ao Deputado Ulysses Guimarães, Presidente da Constituinte, e aos líderes partidários, vai analisá-la hoje com os Relatores Adjuntos e integrantes do Centrão, como José Geraldo (PMDB-MG) e Luis Roberto Ponte (PMDB-RS), que estão à frente das negociações sobre a questão.

Os parlamentares do Centrão reunem-se também, de manhã, com o grupo do Líder do PMDB, Senador Mário Covas (SP), em busca de um entendimento. Luis Roberto Ponte disse que o objetivo é chegar a um texto em que prevaleça o interesse do trabalhador. Ele defende emenda que dispõe que a relação de emprego será protegida mediante indenização compensatória nos termos de lei complementar. Segundo Ponte, esta emenda aponta os rumos para quem for demitido e, enquanto a lei complementar não for estabelecida, será fixada uma indenização de 40 por cento sobre o saldo do FGTS que o trabalhador obtve no emprego, com efeito retroativo.

O grupo do Senador Mário Covas, por sua vez, quer que seja fixado o princípio da estabilidade na Constituição, deixando-se a regulamentação para lei ordinária. O Deputado Nelson Jobim (PMDB-RS) acha que a proposta do Centrão não muda nada da atual Carta, "pois assegura o direito de trabalho desde que se pague uma indenização".

— Isso, na verdade, assegura o direito de despedida, porque a relação de emprego se resolve com a indenização, o que não garante a estabilidade do trabalhador — concluiu Jobim.



Nelson Jobim: indenizar não basta



Ponte defende amplo entendimento

Lideranças se reúnem para acordo

BRASILIA — O Presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, reúne amanhã em seu gabinete representantes do Centrão, o Líder do PMDB, Senador Mário Covas (SP), e lideranças dos demais partidos para tentar formalizar um acordo sobre a questão da estabilidade no emprego na nova Constituição.

Enquanto os partidos de esquerda procuram manter o texto da Comissão de Sistematização, que garante o princípio da estabilidade, o Centrão quer substituí-lo pelo que prevê o pagamento de indenização progressiva para compensar o trabalhador demitido. O texto defendido pelo Centrão é o seguinte:

"A relação de emprego será protegida contra a despedida imotivada ou sem justa causa mediante indenização compensatória, nos termos de Lei Complementar, sem prejuízo de outros benefícios".

Nas Disposições Transitórias, o Centrão incluirá o seguinte artigo: "Enquanto a Lei Complementar prevista no artigo acima não for promulgada, a indenização compensatória corresponderá a um aumento para quatro vezes das porcentagens constantes do Artigo 22. Parágrafo primeiro, do Decreto 59.820".

A fórmula defendida pelo Centrão

equivale ao recebimento, pelo trabalhador demitido, de quantia igual a 40 por cento do total de depósitos devidos na sua conta do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), desde o dia em que foi admitido na empresa. Isso já representa uma evolução para o grupo — causada pelas negociações — em relação à proposta inicial, que estabelecia uma indenização igual a um mês de salário para cada ano trabalhado, em troca da estabilidade.

O Deputado José Lins (PFL-CE) acha que, embora não tenha conseguido manter a maioria alcançada na votação do Regimento Interno, o Centrão continua sendo o grupo mais numeroso da Constituinte, contando com 240 a 250 integrantes. Pelas suas contas, o grupo controla muitos votos de parlamentares que oficialmente não pertencem mais ao Centrão. Ele citou os exemplos dos Deputados Luiz Soyer (PMDB-GO) — que lhe mandou uma carta explicando que está no "Centro Democrático" mas vota com o Centrão — e Nyder Barbosa (PMDB-ES), que disse ter assinado "por engano" o documento de fidelidade ao PMDB, lançado semana passada pelo "Centro Democrático".

Burocracia de Brasília estica folga do carnaval

BRASILIA — Apenas nove Ministros trabalharam ontem em Brasília, incluindo os três chamados "da Casa", que despacharam com o Presidente Sarney no Palácio do Planalto, um dos poucos locais que funcionam normalmente na cidade.

Mesmo no Ministério do Exército, Agricultura, Reforma Agrária, Planejamento, Trabalho e Cultura, cujos Ministros trabalharam normalmente, os estacionamentos estavam parcialmente vazios. Nos Ministérios da Educação, Indústria e Comércio e Fazenda, os despachos foram realizados pelos Ministros interinos, já que os titulares encontram-se no exterior em missão oficial, à exceção de José Hugo Castelo Branco, que está em tratamento de saúde nos Estados Unidos. Também o Ministro das Relações Exteriores, Abreu Sodré, estava em viagem de serviço, mas o seu interino, embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima, não compareceu ao Ministério, esticando o feriado.

Algumas áreas ficaram totalmente a descoberto. Entre elas, a Secretaria Especial de Abastecimento e Preços, a Secretaria Adjunta para Preços Agrícolas e a Secretaria Adjunta para Tarifas Públicas, que não tinham um só representante ontem à tarde.

O Ministro Paulo Brossard, da Justiça, ficou em Porto Alegre, mas o Chefe do Departamento Administrativo determinou que fosse feito um levantamento dos faltosos.

Punição para 'colarinho' na pauta de hoje

BRASILIA — Punições específicas para os crimes de "colarinho branco" e a criação da figura do Defensor do Povo poderão ser definidas a partir de hoje, quando, se houver quorum, o plenário da Constituinte iniciará a votação das 16 emendas aditivas que restam no Capítulo dos Direitos Individuais e Coletivos. Somente depois de votadas estas propostas e as emendas que receberam parecer contrário do Relator Bernardo Cabral (PMDB-AM) começará a votação do Capítulo dos Direitos Sociais.

Se for aprovada a emenda do Deputado Maguito Vilela (PMDB-GO), os crimes de "colarinho branco" passarão a ser classificados como inafiançáveis, imprescritíveis e insuscetíveis de graça ou anistia. Através dessas disposições, estendidas aos mandantes e executores, tais crimes serão considerados como a "maior ofensa ao povo".

A emenda que cria o Defensor do Povo — figura responsável pela apuração de abusos e omissões de qualquer autoridade em desrespeito às normas constitucionais — é de autoria da Deputada Raquel Capiberibe (PMDB-AP). Esta defensoria deverá ser escolhida pela Câmara dos Deputados, em sessão secreta, podendo assumir caráter regional, a critério

das Constituições estaduais.

Também destacam-se entre as emendas aditivas as propostas de criminalização do aborto, legalização da retirada de órgãos do corpo humano para transplante sem autorização prévia e livre exercício e prática da assistência e tratamento espiritual. O aborto não mesmo foi mencionado no texto aprovado pelo plenário, mas passará a ser considerado crime se a emenda do Deputado Chagas Duarte (PFL-RR) for aprovada.

Na legalização da retirada de órgãos para transplante ou outros fins terapêuticos, a emenda do Deputado Alvaro Valle (PL-RJ) ressalva apenas os casos em que, em vida, os possíveis doadores tenham se manifestado contra. No livre exercício da assistência espiritual, a Deputada Dirce Tutu Quadros (PTB-SP) estabelece uma condição: que esses serviços sejam fornecidos gratuitamente.

Também são polêmicas as emendas do Deputado Pimenta da Veiga (PMDB-MG), que impede que documentos sejam mantidos em sigilo por mais de 30 anos, e do Senador Chagas Rodrigues (PMDB-PI), que transfere 25 por cento dos bens do condenado por homicídio doloso aos herdeiros e dependentes do assassinado.